

## ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE 2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUOCA

Ao 18º dias do mês de outubro do ano de 2017, às 19h00min, no distrito de Paracuruá, em Uruoca, sob a presidência do vereador Marcelo Ferreira Gomes e secretariado pela primeira secretária a vereadora Maria de Fátima Fernandes Farias e contando ainda com a presença dos seguintes vereadores: Antônio José Fernandes, Evilaques Araújo, Francisco das Chagas Pereira, Hipólito Ferreira de Oliveira, Joel Pereira de Sousa, Vicente Valdir Araújo e Ambrósio Carneiro Costa. O Presidente declara aberta a 29ª sessão ordinária, cumprimentado a todos os presentes. PEQUENO EXPEDIENTE: a primeira secretária Maria de Fátima Fernandes Farias faz leitura de ata da sessão anterior, que logo após foi discutida, votada e aprovada por unanimidade. Em seguida a segunda secretária inicia a leitura dos ofícios recebidos e expedidos pela casa: ofício Nº 109/2017, Gabinete do Prefeito; ofício Nº 023/2017, Fortaleza-CE, 03 de outubro de 2017; Ministério da Educação/FNDE: aviso de liberação de recursos do FNDE: PNAE-Pré-Escola 008 dia 06/09/2017 R\$3784, 20; dia 11/09/2017 R\$ 36.245,30. GRANDE EXPEDIENTE: o presidente passa a palavra para o vereador Joel Pereira de Souza, que cumprimenta a todos e inicia voltando a falar em relação a cobrança de mais uma taxa da população do nosso distrito, uma taxa de energia que não era cobrada aqui na conta de água da empresa SISAR. Fala que não entendeu ainda e pediu explicação ao vereador Francisco das Chagas e ele até falou que tinha tido uma reunião aqui com a população ouvindo; os moradores reclamando muito dessa taxa; o vereador Joel Pereira fala que consultou o setor jurídico e eles pediram que levassem o estatuto da associação para ver se realmente essa taxa estava sendo cobrada indevidamente, porque só com o estatuto que podemos saber se realmente essa taxa pode ser cobrada. O vereador fala que o que lhe deixa imaginando é como é que essa taxa está sendo cobrada e como é que está sendo paga essa energia, se é o SISAR que está pagando essa energia, se é o operador, se é o presidente e quanto é que está sendo arrecadado dessa taxa de energia, pois lá diz que é cobrado taxa de energia; mostra o seu próprio papel de água no valor de R\$26,76; fala que é cobrado uma taxa de operador no valor de R\$ 3,40; uma taxa de energia de R\$ 14,40; taxa de administração de R\$1,50; fala que tudo isso quem paga é o consumidor; fala que tem imóvel em Fortaleza e lá a CAGECE cobra uma taxa pelo consumo da água que a gente usa, e ela não inclui energia, pois a taxa cobre todas as despesas, como manutenção na rede. Já aqui, que e uma população pobre, porque é cobrado essa taxa de energia, se antes não tinha que pagar, isso é duvidoso. O vereador Joel pede explicação ao vereador Francisco das Chagas e pergunta como é que está sendo feito esse pagamento da energia que de primeiro era feito pela prefeitura, que também não é legal, pois se trata de uma ONG, uma associação que não é ligada a prefeitura; se então a prefeitura não tinha obrigação de pagar, então porque pagava? Porque que estava sendo cobrado do usuário agora? Se é pra cobrar da manutenção, esses 20 reais cobrados não deveriam ser incluídos na manutenção? Diz que o dinheiro é livre para a ONG e ela tem que lucrar; fala que não entende essa cobrança da conta de energia em cima da taxa de manutenção. O vereador e presidente da casa Marcelo Ferreira Gomes pede a parte e questiona se o Joel consultou o setor jurídico e ele confirma; o vereador Marcelo pergunta de onde é o assessor jurídico e Joel diz que é de Fortaleza; o vereador Marcelo pergunta se Joel procurou o SISAR para saber de algumas coisas e Joel responde que não, mas que vai procurar por orientação que teve. O Vereador Joel pede ao vereador Francisco das Chagas se ele tem algum detalhe sobre esse arrecadamento da energia, se esse dinheiro vai pro SISAR e lá é paga a conta de energia ou se essa conta é paga aqui pelos funcionários. Pergunta quanto que está sendo arrecadado dos usuários e quanto dá. Diz que no distrito são cobradas a energia de três bombas da COHAB, da Caixa d'água e a outra da Pedra Branca; pergunta quantos associados tem e quanto é que é arrecadado de taxa de energia e quanto que é pago por essa energia cobrada, feito a cobrança no papel da água. O Vereador Joel se inscreve para a tribuna e diz que vai se pronunciar formalmente. O vereador Joel retoma e fala que é isso, que quer ver em relação a isso, vai fazer um requerimento para saber quanto está sendo arrecadado e quanto é a conta de energia cobrada, quanto é o consumo e ver realmente se o dinheiro está sendo arrecadado dá para pagar a conta de energia ou se não dá e como é que está sendo feito para a população poder então ficar mais esclarecida; diz que, como o vereador Francisco das Chagas falou, teve uma reunião aqui, mas teve pouca gente; fala que deveria ser convocado mais gente para esclarecer mais a população do nosso distrito, que para arrecadar dinheiro é uma dificuldade danada, com o desemprego que está no país todo. Diz que quanto mais o consumidor gasta, mais ele paga a energia e ele já paga várias taxas, como foi dito. Diz que esta é a dúvida para esclarecer ao povo. O presidente sugere que Joel busque alguém da SISAR para dar esclarecimentos e Joel Fala que vai fazer o requerimento. Diz que acredita que o presidente que toma de conta da associação deve ter esse estatuto onde diz tudo e seus devidos fins; pede ao vereador Evilaques e o Francisco das Chagas para unirem forças para que no próximo ano não esqueçam de cobrar juntos a passagem molhada para prender água para a população de canto das pedras, batatão, pois esse ano não dá mais tempo. Pede que se unam de qualquer maneira, junto ao prefeito, aos deputados votados no próximo ano aqui no nosso município e cobrar as passagens molhadas pra acabar com o sofrimento do povo citado, que já está pedindo socorro; agradece e encerra. O presidente da CMU passa a palavra para o vereador Francisco das Chagas Pereira, que cumprimenta a todos e inicia falando sobre a referencia a ementa que entrou há quinze dias e que gerou falatório na CMU, sobre a ampliação dos horários de funcionamento noturno do comercio; fala que até hoje está acontecendo o falatório, pois as coisas complicam-se assim, quando chega na CMU para ser votado determinadas leis, que a gente vê que merece

ter um aval da população, que manda se chamar e que eles não vão. Fala que isso os vereadores são testemunhas disso e que marcaram uma audiência pública para discutir com relação a essa ampliação de horários de funcionamento do comércio noturno. Fala que teve um carro de som volante chamando a população; mas quem vai são só os interessados, o público não compareceu e foram só 45 pessoas nessa dita audiência pública; os que não vão são os que ficam falando dos vereadores nas esquinas; fala que na segunda-feira passada em Uruoca foram lhe reclamar e um cidadão o chamou e disse que eles estavam fazendo; disseram que pensaram que estavam fazendo coisas para ajudar o povo, mas estavam para esculhambar o povo. Fala eu questionou com referência a que; quem o perguntou falou que aprovaram uma lei para ter baderna a noite toda; diz que lhe perguntaram onde ele morava e o vereador disse onde. Fala eu foi explicar para a pessoa e ela concordou que tinha ouvido o carro de som anunciando e chamando para a audiência pública; fala que os vereadores não aprovaram nada naquele dia, nada ainda, mas do jeito que tava, vai ser aprovado, pois a audiência pública foi estabelecida e o povo foi convocado, foi chamado e apareceu 45 pessoas, na maioria interessados e ligados ao comércio. Diz que da população foram 40 votos a favor da aprovação do projeto de lei e apenas 5 contra. Fala que nos distritos também o perguntaram que diabos o Francisco e o Joel estão fazendo no Paracuá, que vão votar numa lei para abrir bar sem segurança a noite todinha e diz eu foi explicar tudo de novo para o perguntante. Fala que não sabe qual a expectativa do presidente em relação a isso e que na sua opinião solicitaria uma audiência pública no Paracuá e Campanário, se possível mais uma na sede, porque está um zum, zum, zum, na rua. Com referência ao SISAR e as indagações do vereador Joel, diz que em 1995, as primeiras instruções para o abastecimento de água aqui eram da CAGECE; foi construído o sistema e feito aquela caixa d'água; na época o prefeito era o Garcez Neto; diz que ele fez e que como hoje queriam a associação e o que a prefeitura podia ajudar. O prefeito fez um convênio entre prefeitura e a associação, acordo de ajudar por 10 anos o pagamento da energia consumida, duas bombas, até aí tudo bem. Foi indo e foi pago, assim como o ex-prefeito Dr. Cardoso, o Keuly e o Manoel Conrado. Agora, com esse acocho fiscal e de recursos, o TCM deu em cima das prefeituras para pagarem as suas responsabilidades, mas não coisas como o Joel citou, a prefeitura pagar contas de energia de gente e associação. Agora, no começo do ano, a prefeitura encaminhou para a associação um ofício dizendo que iria repassar a conta de energia entre a associação e SISAR para fazer pagamento. O SISAR já tinha a noção de como fazer. Essa contra que a prefeitura estava pagando era das duas bombas já citadas. A da pedra branca e da COHAB já era o usuário quem pagava. Quando foi repassado, o SISAR chamou o presidente e comunicou que vai ter que ser radiado no meio dos usuários, ou seja, ele é quem vai ter que pagar. Responde a Joel como é feito o pagamento: a pessoa paga a contra de água e tem direito a usar 10.000 litros d'água; a taxa que o SISAR cobra, que é para tratar esses 10.000L, se a pessoa usa tudo, vai pagar um preço x, mais se a pessoa gasta 12.000L, a taxa de energia também vai subir. O dinheiro vai diretamente para o SISAR, para o SISAR pagar a ENEL. Então a taxa da associação é para pequenas manutenções, como um cano quebrado e o operador. Sobre a taxa do operador, desde o início tem sido assim: o usuário associado tem que pagar. O vereador Francisco das Chagas fala que o único problema que está tendo aí é essa discriminação que está gerando uma verdadeira confusão na cabeça do usuário; a CAGECE manda uma conta no valor X e já vem incluído tudo. O vereador Vicente Valdir Araújo pede a parte e diz que não sabe bem como é que funciona esse problema no SISAR, mas agora o problema aí, a causa toda foi justamente pela discriminação. Se o SISAR vai manobrar o sistema d'água, em vez dele cobrar do usuário, porque ele não inclui na taxa dele? Por exemplo, se a pessoa paga R\$15,00 e a taxa de energia é R\$3,00, porque a SISAR não cobra logo R\$18,00, sem discriminar. Então no relatório deles eles deveriam discriminar, pagando tudo direto e incluído, sem nenhuma discriminação. O vereador Francisco das Chagas responde que é neste ponto em que ele queria chegar; diz aos vereadores Valdir Araújo e Joel Pereira que isso era a preocupação deles de haver um determinado aumento abusivo e haver um aumento por motivo dessa entrega da energia para a associação, por isso é feita a discriminação, ela é importante para saber o que e como se gasta. A discriminação é feita para o usuário ver aquilo com mais clareza. A vereadora Maria de Fátima pede a parte e diz que até porque a discriminação no papel é um acordo feito em reunião, como no campanário. Sobre o vereador Joel ter dito para eles virem fazer uma reunião com o povo, eles vem. O problema é como sempre se vê na reunião: poucas pessoas realmente sabem disso, os demais ficam sem saber. Fala que no Campanário, quando o SISAR entrou, no início foram feitas três reuniões, para começar. Tudo isso ficou acordado na reunião, pois uma meta deles é trabalhar com transparência. Dizer com o que está sendo aplicado, gasto. Eles tem serviço social, que vem fazer a reunião de onde saem os acordos sobre os gastos. A vereadora sugere que o próprio presidente da associação convoque uma reunião novamente e que ele, seja do campanário ou Paracuá, que divulgue a reunião. Fala que teve casos em que, de mais de 1.000 usuários, compareceram 15 as reuniões. O vereador Francisco das Chagas retoma e diz que com relação a esse aviso, foi convocado de casa em casa. A associação tem os seus controles de que foi feita a reunião para avisar e diz que participou da reunião. Fala que quando a pessoa acha interesse na reunião, vai correndo. Quando acham que é pra tira coisas, nem se pisa lá, pois é mais fácil depois ficar só ali falando de A ou B. fala que acredita que não sabe se teve dificuldade em relação aso repasses. Do pagamento não vem nada para a associação, simplesmente é repassado direto para o SISAR, que paga a enel. Com referência aos usuários que reclama, são os que não estavam nos dias de reunião que o presidente avisou. Pergunta ao vereador Joel se ele entendeu e como está e o mesmo responde que a sua dúvida, como foi

falado aqui, é em relação ao estatuto, se é legal ou não essa cobrança. Fala que entendeu muito bem, mas precisa saber se o estatuto diz que pode ser cobrada a taxa. Pergunta se o presidente da associação possui o estatuto ou se precisa ir a sobral atrás. O vereador Francisco das Chagas responde que a única maneira é conversar com o mesmo, saber como está. Joel diz que está bom e agradece. O vereador Francisco das Chagas fala que essa reunião aconteceu não faz muito tempo e que essa passagem de contas da prefeitura para a associação também não faz muito tempo e que talvez no estatuto tenha lá dizendo que a prefeitura iria pagar; fala que olhando é que se entende; agradece e encerra. O presidente da CMU fala que vai falar com o prefeito para saber se haverá a reunião nos distritos sobre a minuta da audiência sobre mudança de horário dos estabelecimentos comerciais e ressalta que há pessoas acreditando e dizendo que a lei já foi aprovada, mas deixa bem claro que não tem nada aprovado, pois ainda nem veio o projeto de lei para apreciação, pois deve ter a opinião do povo. Quem decidirá pela aprovação ou não do projeto não serão os vereadores e nem o prefeito, mas sim a população. Para isso que a audiência pública foi feita. O vereador Antônio José pergunta que se for feita a referida audiência pública em campanário e for contrária ao resultado da Uruoca, o que vai acontecer? O presidente da CMU responde que será tudo analisado. O vereador Antônio José diz que se houver conflito entre a sede e o distrito, pode haver uma emenda que modifique os horários diferentemente na sede e nos distritos. O presidente fala que, de acordo com a decisão do povo, o prefeito vai olhar carinhosamente o que se pode mudar, pois nada será empurrado de goela a baixo, o povo decide. O vereador Vicente Valdir Araújo fala que deveria ter alguns retoques quanto a minuta do projeto. É claro que se a população quiser, quantos bares e estabelecimentos, se a população quiser, será assim. Reclama que nas audiências só vão os interessados e os que não estão interessados vão dizer que não é pra ser e pronto, nem vão ouvir. Já os comerciantes vão e em menor número. O vereador Hipólito fala que acha que o presidente deve divulgar o dia da audiência pública e divulgar bem, convidando o promotor, conselho tutelar, comércio abertos até a madrugada, pois fora de ora pode ter problemas como prostituição; também convidar os delegados e avisar com antecedência, convocando as autoridades e a população. Fala que acredita que o projeto vai ser aprovado, se o povo puder participar para tirar a responsabilidade dos vereadores e do prefeito. O presidente da CMU diz mais uma vez que vai conversar com o prefeito pra ver isso e serão convocados os que foram citados. ORDEM DO DIA: Parecer da comissão de Orçamento, Finanças e Tributação em 18/10/2017 do projeto de lei complementar Nº 001/2017, votado e aprovado por unanimidade. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação do projeto de lei complementar Nº 001/2017, aprovado e votado por unanimidade. Primeira votação do projeto de lei complementar Nº 001/2017, de 03 de outubro de 2017, votado e aprovado por unanimidade. O presidente faz os agradecimentos finais e encerra: e nada mais havendo o que tratar, declaro encerrada esta sessão ordinária da qual lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai por todos devidamente assinada.